

Portaria nº 315-P, de 17 de julho de 1984

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF¹, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item IX, do artigo 25, do Capítulo IV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 229, de 25 de abril de 1975,

Considerando a necessidade de coordenar, disciplinar e racionalizar o planejamento das atividades de manejo florestal nas Florestas Nacionais — Flonas, Estações Florestais de Experimentação — Eflexs e Postos de Fomento — Pofoms;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos relativos à exploração e comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos daquelas unidades;

Considerando ainda a necessidade de agilização dos mecanismos administrativos para a efetiva implementação das atividades e procedimentos acima descritos, resolve:

Art. 1º. Disciplinar o planejamento das atividades de manejo florestal e normatizar especificamente aquelas relativas à exploração e comercialização de produtos e subprodutos florestais das Florestas Nacionais — Flonas, das Estações Florestais de Experimentação — Eflexs e dos Postos de Fomento — Pofoms do IBDF.

Art. 2º. Toda e qualquer atividade econômica, técnica, administrativa, financeira e ecológica deverá ser anualmente prevista em um plano específico de cada unidade, que deverá ser submetido ao Departamento de Economia Florestal impreterivelmente até 30 de outubro de cada exercício anterior.

§ 1º. No caso das Florestas Nacionais, o Departamento de Economia Florestal preparará, com base em informações das Delegacias, o plano aludido neste artigo — que será denominado Plano de Ordenamento — para cada Flona, com metas e atividades previstas para um período médio de 4 (quatro) anos.

¹ O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990.

§ 2º. Para as demais unidades as próprias Delegacias encarregar-se-ão de preparar os planos — os que serão denominados Planos de Trabalhos Anuais.

§ 3º. A Floresta Nacional cujo Plano de Ordenamento não estiver ainda concluído, deverá também apresentar ao Departamento de Economia Florestal o seu Plano de Trabalho Anual, com metas e atividades previstas por 1 (um) ano, para serem cumpridas no exercício seguinte.

§ 4º. Em caráter excepcional o Departamento de Economia Florestal poderá autorizar o desenvolvimento de atividades e metas não previstas no plano específico da respectiva unidade.

Art. 3º. A tramitação de processo licitatório para exploração e comercialização de produtos e subprodutos florestais deverá obedecer os prazos e rotina a seguir discriminados:

I — Inventário: 5 (cinco) dias úteis para compilação dos resultados do inventário florestal, preenchimento dos formulários próprios e envio destes à Delegacia;

II — Autorização: 5 (cinco) dias úteis para pedido de autorização para comercialização e conseqüente aprovação pelo Departamento de Economia Florestal;

III — Edital: 2 (dois) dias úteis para elaboração e expedição do Edital de Licitação;

IV — Licitação: obedecer os prazos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, de acordo com a modalidade da licitação;

V — Adjudicação: 2 (dois) dias úteis para adjudicação e elaboração do contrato, a partir da data da abertura da licitação;

VI — Caução: até 8 (oito) dias úteis para recolhimento da caução e assinatura do contrato, após a adjudicação;

VII — Trabalho: até 8 (oito) dias úteis para início dos trabalhos, após assinatura do contrato.

Art. 4º. Qualquer que seja a forma de comercialização, a venda de madeira deverá ser feita sempre em lotes separados, quando for o caso, por gênero, espécie, classes de diâmetro, de qualidade e de comprimento.

§ 1º Para o caso de madeira oriunda de floresta plantada ficam estabelecidos os seguintes limites para cada lote:

a) volume mínimo: 500 (quinhentos) estéreos;

b) volume máximo: 5.000 (cinco mil) estéreos.

§ 2º. Os limites destes lotes só poderão ser alterados mediante justificativa técnica, econômica ou administrativa, nos seguintes casos:

a) quando for impreterível o aproveitamento de quantidades inferiores ao limite mínimo;

b) quando for inconveniente dividir um talhão cujo volume de corte exceda o limite máximo fixado no parágrafo anterior.

§ 3º. Para o caso de madeira oriunda de florestas nativas, os limites dos lotes serão fixados, caso a caso, pelo Departamento de Economia Florestal.

Art. 5º. Objetivando dar à madeira a mais nobre destinação e o melhor aproveitamento possíveis, fica proibida a comercialização de árvores em pé, nas florestas plantadas cujo diâmetro mínimo de corte seja igual ou superior a 25 (vinte e cinco) centímetros. Trabalhos de exploração, arraste, classificação e empilhamento no pátio da floresta deverão ser efetuados diretamente, ou contratados, pela respectiva unidade. No caso de contratação de serviços, as licitações para exploração e venda deverão estar sincronizadas.

Art. 6º. Para outros produtos e subprodutos florestais, as quantidades mínimas e máximas a serem vendidas em cada licitação ficarão a critério das Delegacias, consultada a unidade respectiva e respeitados os montantes anuais estabelecidos nos planos, devendo a comercialização obedecer à modalidade descrita como segue:

a) resina — arrendamento por árvore;

b) látex — por quilo;

c) castanha — por hectolitro;

d) palmito — por estirpe;

e) semente — por quilo;

f) erva-mate — por quilo.

§ 1º. Para o caso da resina, o Departamento de Economia Florestal poderá aprovar outra modalidade de comercialização, regionalmente mais interessante ou cujo controle seja mais exequível.

§ 2º A forma de comercialização de produtos não previstos neste artigo deverá ser estabelecida pela Delegacia, consultado o Departamento de Economia Florestal.

Art. 7º. O preço mínimo de venda de cada produto e subproduto florestal deverá ser fixado pela Delegacia, com base em pesquisa de mercado regional e ouvida a unidade. Para madeira o preço mínimo deverá ser fixado, quando for o caso, por gênero, espécie ou grupo de espécies, classes de diâmetro, de qualidade e de comprimento.

Art. 8º. O preço de venda de qualquer produto ou subproduto florestal será reajustado mensalmente com base no valor da ORTN² do mês. Fica no entanto estabelecida uma carência de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato, para a aplicação do primeiro reajuste, o qual será feito com base na ORTN do mês de expiração da carência.

Parágrafo único. Para o caso da resina, independentemente da data da assinatura do contrato, o preço será reajustado nos meses de setembro, dezembro e março, tomando sempre como base pesquisa mercadológica e consulta, por telex, ao Departamento de Economia Florestal.

Art. 9º. Será estabelecida, a critério da Delegacia, uma caução de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, a qual deverá ser recolhida antes da sua assinatura.

§ 1º O recolhimento da caução de que trata o presente artigo poderá ser feito nas seguintes modalidades:

- a) recolhimento do valor, em dinheiro, diretamente na Caixa Econômica Federal;
- b) garantia efetuada na Caixa Econômica Federal na forma de títulos:
 - b.1) da dívida pública;
 - b.2) emitidos ou garantidos por entidades financeiras oficiais.
- c) fiança bancária;
- d) seguro-garantia;
- e) garantia fidejussória.

§ 2º. A devolução da caução será autorizada e efetivada pela Delegacia, comprovado o cumprimento do contrato, ou reverterá aos cofres do IBDF em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais.

² A Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN passou a denominar-se Obrigação do Tesouro Nacional — OTN pela Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986.

• A Obrigação do Tesouro Nacional — OTN foi extinta pela Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 10. Em nenhum contrato de venda poderá ser estabelecido prazo superior a 3 (três) anos para as atividades de exploração e retirada do material da Unidade. Independentemente das quantidades licitadas, ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos para os produtos adiante relacionados:

- a) resina — 3 (três) safras;
- b) látex — 1 (um) ano;
- c) castanha — 1 (uma) safra;
- d) palmito — 1 (um) ano;
- e) semente — 1 (um) ano;
- f) erva-mate — 1 (uma) safra;
- g) madeira:
 - de floresta plantada: 1 (um) ano;
 - de floresta nativa: 3 (três) anos.

§ 1º. Para o caso de florestas plantadas, quer para madeira comercializada em pé, quer abatida, os prazos para retirada do material deverão ser fixados em conformidade com as Tabelas do Anexo I.

§ 2º. Após a efetiva implementação da exploração madeireira na Floresta Nacional do Tapajós, o Departamento de Economia Florestal elaborará tabelas semelhantes às do Anexo I, também para madeiras tropicais.

§ 3º. Fica proibida a prorrogação da vigência de contrato, salvo no caso de ocorrências de casos fortuitos.

Art. 11. A Unidade detentora do material, objeto da licitação emitirá sistematicamente, a cada 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, os Documentos Únicos de Arrecadação — DUAs relativos aos valores monetários correspondentes às quantidades efetivamente removidas, para pagamento, pela contratada, até o 10º (décimo) dia subsequente ao da sua emissão.

Parágrafo único. Para o caso de sementes, castanha ou qualquer outro tipo de fruto, os produtos serão entregues mediante a apresentação, pelo comprador, do comprovante de pagamento, através do Documento Único de Arrecadação, do valor respectivo da transação.

Art. 12. O processo licitatório deverá ser efetuado nos moldes do Decreto-Lei nº 200/67, legislação complementar e demais instruções do Departamento de Administração do IBDF.

Parágrafo único. Objetivando a mais ampla divulgação possível, além do cumprimento das exigências previstas na legislação em vigor, deverá o edital de licitação ser também encaminhado às Delegacias dos Estados vizinhos, às entidades de classe e, sempre que possível, deverá ser publicado aviso do edital em jornais de grande circulação no Estado.

Art. 13. O edital de licitação deverá conter fundamentalmente:

- a) objeto da licitação;
- b) quantidade total estimada;
- c) quantidades estimadas por: gênero, espécie ou grupos de espécies, classe de diâmetro, classe de qualidade e classe de comprimento, se for o caso, em se tratando de madeira;
- d) especificação adequada do produto ou subproduto, objeto de licitação;
- e) preço(s) mínimo(s);
- f) forma de quantificação do objeto da licitação;
- g) forma de pagamento e de reajuste(s) de preço(s);
- h) espécie, recolhimento e devolução da caução;
- i) prazos e multas;
- j) habilitação exigida dos participantes da licitação;
- k) responsabilidades da empresa vencedora;
- l) conteúdo, recebimento e julgamento das propostas;
- m) outras especificações e dados de praxe e cláusulas específicas porventura necessárias à particularidade do caso.

Art. 14. Poderão habilitar-se à exploração e aquisição de produtos e subprodutos florestais oriundos das Unidades mencionadas no artigo 1º desta Portaria quaisquer empresas que atuem no Setor Florestal, desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) estar devidamente registrada no cadastro de empresas do IBDF;
- b) estar em situação regular junto ao IBDF;
- c) se não estiver registrada no IBDF, registrar-se com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à licitação;
- d) cumprir as exigências para licitações estabelecidas no edital de convocação.

Parágrafo único. A empresa que se habilitar à extração de resina ou à aquisição de madeira cujo volume seja igual ou superior a 20.000 (vinte

mil) estéreos, comprometer-se-á a apresentar responsável técnico pelas atividades de manejo florestal, no caso de vencer a licitação.

Art. 15. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora deverá conter basicamente:

- a) os itens *a* a *i* do artigo 13;
- b) valor total do contrato, em cruzeiros e em ORTN;
- c) valor do produto ou subproduto, por unidade de medida, convertido em ORTN, para cálculo de reajustes futuros;
- d) penalidades pelo não cumprimento de cláusulas contratuais;
- e) validade do contrato;
- f) outras cláusulas que a especificidade do caso exigir.

Art. 16. Compete, basicamente, as Unidades Administrativas do IBDF, para o cumprimento da presente Portaria:

I — Secretaria-Geral:

Assegurar anualmente os recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento das atividades e metas programadas nos Planos de Ordenamento das Florestas Nacionais e nos Planos de Trabalho Anuais das Estações Florestais de Experimentação e Postos de Fomento.

II — Departamento de Economia Florestal:

a) formular um Plano de Manejo fixando a estratégia de utilização das Florestas Nacionais globalmente e elaborar o Plano de Ordenamento de cada Floresta Nacional, à luz de informações e dados técnicos levantados por instituições eventualmente contratadas, por seus técnicos, e por técnicos das Flonas e das respectivas Delegacias;

b) coordenar e orientar a elaboração, pelas Delegacias, dos Planos de Trabalho Anuais relativos às Estações Florestais de Experimentação e Postos de Fomento;

c) analisar e aprovar, se for o caso, os planos mencionados no item *b*;

d) coordenar, orientar e supervisionar a implementação dos Planos de Ordenamento e Planos de Trabalho Anuais;

e) analisar e autorizar, se for o caso, os pedidos para comercialização de produtos e subprodutos florestais das unidades mencionadas no artigo 1º;

f) analisar os relatórios de andamento das licitações emitidos pelas Unidades bem como controlar e acompanhar a execução dos contratos em vigência, a nível nacional.

III — Delegacia:

a) prover e agilizar as medidas administrativas necessárias ao cumprimento dos Planos das Unidades;

b) preparar e realizar as licitações para comercialização de produtos e subprodutos florestais, bem como aquelas relativas à contratação de serviços necessários ao cumprimento dos planos, quando não houver condição de realizá-las na própria Unidade;

c) solicitar ao Departamento de Economia Florestal autorização, via telex, para dar início aos processos licitatórios para comercialização dos produtos e subprodutos florestais e remeter-lhe, concluída a licitação, o processo para anotações e controle.

IV — Floresta Nacional:

a) cumprir o seu respectivo Plano de Ordenamento;

b) elaborar o inventário florestal do produto a ser licitado, adotando para apresentação dos resultados, no caso de madeira, os formulários da Portaria nº 269-P/81;³

c) pesquisar local e, sempre que possível, regionalmente o(s) mercado(s) a fim de levantar preços e sugerir à Comissão de Licitação o(s) preço(s) mínimo(s) do material, objeto da comercialização;

d) assessorar tecnicamente a Comissão de Licitação;

e) acompanhar e fiscalizar a exploração e retirada do material comercializado, contabilizando mensalmente os quantitativos removidos;

f) emitir mensalmente o Documento Único de Arrecadação à(s) empresa(s) que estiver(em) retirando material da Unidade;

g) enviar mensalmente ao Departamento de Economia Florestal relatório das retiradas físicas do material comercializado e, se possível, dos quantitativos financeiros recolhidos.

V — Estação Florestal de Experimentação e Posto de Fomento;

a) preparar conjuntamente com a Delegacia o seu respectivo Plano de Trabalho Anual;

b) cumprir o seu respectivo Plano de Trabalho Anual.

³ A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instituiu normas para licitações e contrato.

• A Portaria nº 269/81-P foi revogada pela Portaria nº 74-N, de 6 de julho de 1992, pág 194, neste Tema.

Art. 17. A presente Portaria Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria DA n.º 3.341, de 29 de março de 1973 e as disposições em contrário.

Hamilton Martins Silveira
Presidente substituto

(DOU de 18.07.84)

ANEXO I — TABELA I
PRazos MÁXIMOS PARA RETIRADA DE MADEIRA COMERCIALIZADA
NA FORMA DE ÁRVORE EM PÉ

Volume (estéreos)	Meses*
	até
500 a 1.000	3
1.001 a 2.000	4
2.001 a 3.000	5
3.001 a 4.000	6
4.001 a 5.000	7
5.001 a 10.000	8
10.001 a 15.000	9
15.001 a 20.000	10
20.001 a 30.000	11
30.001 acima	12

* Obs.: Prazo válido a partir da data de assinatura do contrato.

ANEXO I — TABELA II
PRazos MÁXIMOS PARA RETIRADA DE MADEIRA COMERCIALIZADA
NA FORMA DE ÁRVORE CORTADA E EMPILHADA

Volume (estéreos)	Meses*
	até
500 a 1.000	2
1.001 a 2.000	3
2.001 a 3.500	4
3.501 a 5.000	5
5.001 a 8.000	6
8.001 a 12.000	7
12.001 a 18.000	8
18.001 a 25.000	9
25.001 a 35.000	10
35.001 a 50.000	11
50.001 acima	12

* Obs.: Prazo válido a partir da data fixada pela Unidade para retirada do material.